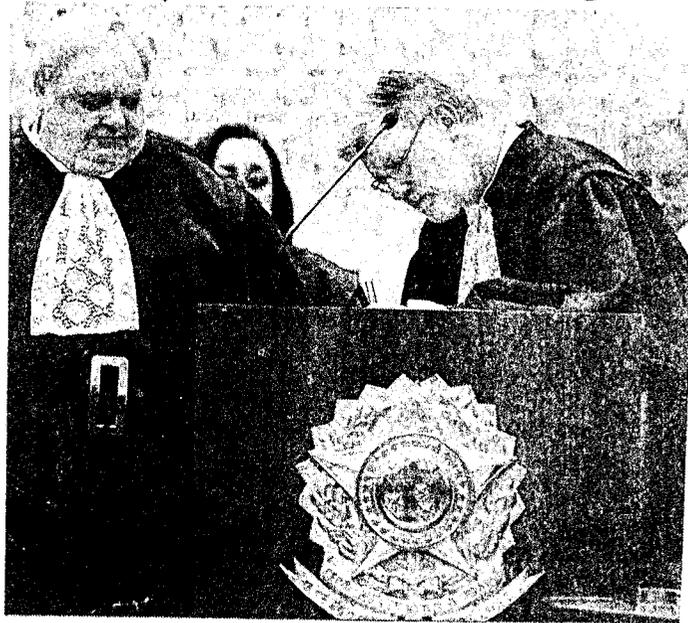


07 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

'Apoio de políticos é realidade', diz novo ministro do STJ

Indicado por Gleisi Hoffmann,
o paranaense Sérgio Kukina defende
que cabe ao magistrado ser independente
após assumir cadeira



*Kukina assume gabinete no STJ com
11 mil processos acumulados*

Brasília - O novo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Sérgio Kukina, admitiu ontem que teve de pedir indicação de políticos para chegar à corte e disse que esses apoios são "necessária intervenção". "Isso é uma realidade, no sentido de que realmente não se pode ignorar a necessária intervenção do setor político nesse processo", afirmou Kukina em entrevista coletiva antes de tomar posse no cargo.

Como revelado pela Folha de S. Paulo, o ministro Luiz Fux, que deixou o STJ para assumir vaga no Supremo Tribunal Federal, pediu apoio para José Dirceu, que era réu no processo do mensalão e que Fux depois julgou - e o condenou.

CONTINUA

07 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Antes de chegar ao STJ, Kukina era procurador no Paraná, mesmo Estado da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, que o apoiou. O ministro disse que, após passar meses em busca de apoio de políticos, chegou a conclusão que esse processo pode ser "saudável".

"Depois de ter vivenciado essa experiência nos últimos meses e ter um contato mais próximo com o setor político, eu até passo a compreender que essa intervenção de algum modo acaba sendo saudável", disse Sérgio Kukina. Para o novo ministro, cabe ao magistrado ser independente após pedir apoio. "Não penso que tão só a intervenção do setor político possa obrigatoriamente contaminar a postura que venha a ter o ministro. Isso vai depender do profissional. O importante é ter a consciência que esse foi um momento do processo, que agora me despeço para adotar uma postura absolutamente isenta em relação a qualquer causa", disse.

Mensalão

Para o novo ministro do STJ, os deputados condenados pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do mensalão não perdem automaticamente o mandato, como determinou o tribunal - cabendo ao Congresso a formalização

da decisão. "Tenho uma conclusão pessoal de que essa perda não poderia ser automática. Não porque eu acho que não deva, mas pela interpretação que faço da regra constitucional. O constituinte não inseriu na Constituição regras desnecessárias. E quando ele diz que é preciso que haja a chancela do Congresso para a perda, é preciso que se observe a Constituição." Apesar da opinião, Kukina, como ministro do STJ, não terá a atribuição de avaliar questões constitucionais.

Assessores

O ministro assume gabinete no STJ com 11 mil processos acumulados. Segundo Kukina, será feita uma triagem para separar os casos mais urgentes. Para ele, dois anos seria um prazo "razoável" para um processo ter uma decisão definitiva e que dobrar o número de assessores ajudaria a acelerar os julgamentos. Atualmente, cada ministro do STJ conta com oito assessores. "Não podemos compactar com esse modelo instalado. A demora é um mal que habita a maioria dos processos", disse.

07 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

De carona

O deputado estadual Valdir Rossoni (PSDB) não esteve na Assembleia Legislativa na terça e quarta-feira. O presidente da AL foi para Cascavel, onde participou de eventos com o governador Beto Richa (PSDB). Show Rural, Farmácia do Paraná e entrega de ambulâncias antecederam o voo dos tucanos para Brasília, onde ambos participaram da posse do novo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Sérgio Luiz Kukina. Diversas autoridades do Paraná viajaram para a capital federal ontem, para prestigiar o colega paranaense. Entre eles, o presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Clayton Camargo.

07 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Entidades de magistrados criticam veto a patrocínios

São Paulo - As entidades de classe que representam magistrados criticaram a intenção do Conselho Nacional de Justiça de proibir a participação de magistrados em eventos patrocinados ou bancados por empresas privadas, além do impedimento de doações de prêmios aos juízes.

Em nota conjunta, a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Anamatra (Associação dos Magistrados do Trabalho) e Ajufe (Associação dos Juízes Federais) registraram "estranheza com o fato de o processo de deliberação no CNJ ter sido iniciado sem prévio diálogo com os interessados na matéria e sem a inclusão formal em pauta".

As entidades afirmam ser "inadmissível" o questionamento sobre idoneidade dos magistrados por conta dos auxílios financeiros dados por empresas privadas. "Suspeitar da independência dos juízes porque sua entidade de classe recebe patrocínios para a organização de eventos é tão simplista quanto achar que as empresas de comunicação subordinam o conteúdo de matérias jornalísticas aos interesses econômicos dos anunciantes", diz a nota assinada pelos presidentes das três entidades.

As associações argumentam, na nota, que a proposta em discussão no CNJ, por sugestão da Corregedoria do órgão, é "desproporcional" e vai contra ao princípio da não interferência do Estado em associações e na organização sindical.

Apesar da contrariedade com a eventual medida, e dizer que as proibições pretendidas inviabilizariam o funcionamento de seminários e outros fóruns de discussão promovidos pelas entidades, seus presidentes afirmam que "não compactuam com qualquer tipo de desvio de finalidade e são favoráveis ao estabelecimento de regras que proporcionem ampla transparência".

07 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Veto a projeto das defensorias pode entrar na pauta

São Paulo - O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), prometeu ontem aos defensores públicos apoio para a apreciação rápida do veto presidencial ao projeto de lei complementar que dá autonomia orçamentária às defensorias públicas estaduais. Calheiros recebeu o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), André Castro, e disse depois, em entrevista, que a Casa "vai fazer o possível para apreciar um a um todos os vetos que estão pendentes", inclusive o que foi solicitado pelos defensores públicos.

Apesar de ter autonomia, conforme a Constituição Federal, as defensorias públicas estaduais ainda dependem de regulamentação para o exercício da norma, e isso "é garantido pelo projeto rejeitado", segundo André Castro. Segundo ele, o veto presidencial "se deveu a entendimento equivocado dos secretários estaduais de Fazenda, pois não trará prejuízo às finanças estaduais". Para cada R\$ 100 investidos no sistema de Justiça, R\$ 69 vão para o Judiciário, R\$ 26 para o Ministério Público e apenas R\$ 5 para a Defensoria Pública, segundo o presidente da Anadep.

07 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Prefeitura de Colombo

O ministro Marco Aurélio, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), disse que Beti Pavin (PSDB) pode assumir a Prefeitura de Colombo (Região Metropolitana de Curitiba). Ela venceu a eleição em 2012, mas não assumiu o cargo por estar sob investigação da Justiça Eleitoral. A decisão foi monocrática e poderá ser alterada pelo colegiado dos ministros do TSE. A dúvida agora é se o julgamento definitivo vai acontecer antes de o tribunal comunicar o Paraná, que avisaria Colombo, que informaria a Câmara de Vereadores, que empossaria Pavin prefeita. Esse processo começa com a publicação da decisão de Aurélio no Diário Oficial, a acontecer nos próximos dias.

CLÁUDIO HUMBERTO

Miserê

A Justiça Federal negou mais uma vez o desbloqueio dos bens do ex-presidente da Valec, José Francisco das Neves, o "Juquinha", suspeito de desviar R\$ 144 milhões na estatal. Tem fazenda de R\$ 21,3 milhões.

MP pede interdição de fábrica de xisto

Curitiba - O Ministério Público do Paraná (MPPR), por meio da Procuradoria de Justiça de São Mateus do Sul, ajuizou uma ação civil pública contra a Petróleo Brasileiro S/A - SIX (Superintendência da Industrialização do Xisto), devido à poluição no município. O órgão pede a interdição da Unidade de Industrialização de Xisto localizada em São Mateus do Sul. A ação requer a ainda indenização por dano moral e multa diária. A Petrobras informou, em nota, que não se pronunciaria porque não foi citada na ação civil pública.

07 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Alves diz que Câmara não vai desobedecer STF

Brasília - O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), baixou o tom do discurso e disse ontem que não existe possibilidade da Casa "confrontar o mérito" da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou a perda do mandato dos quatro deputados condenados no julgamento do mensalão. Após encontro com o presidente do tribunal, Joaquim Barbosa, Henrique Alves disse que a Câmara vai "finalizar o processo", com um "processo rápido", cumprindo formalidades previstas no Regimento da Câmara, como saber se o direito de defesa foi cumprido. "Não há hipótese de não cumprir a decisão do Supremo", disse o peemedebista.

"Nós só vamos fazer aquilo que o nosso regimento determina que façamos: finalizar o processo. Coisas de formalidade legal e ponto. Não há nenhuma possibilidade de confrontarmos com o mérito, questionar a decisão do Supremo", completou. O presidente da Câmara disse que o tema não foi tratado com Barbosa. Desde a campanha para o comando da Casa, Henrique Alves defendia que a palavra final era da Câmara sobre a perda do mandato.

Em entrevista à Folha de S. Paulo em janeiro, ele chegou a dizer que não abria mão de decidir a questão. Outros quatro integrantes da nova Mesa Diretora seguiram entendimento de Alves, sustentando que cabe à Câmara tratar do tema.

A medida contrariava o que os ministros do Supremo estabeleceram no julgamento. O entendimento foi que a corte determinou a perda automática do mandato, cabendo à Câmara apenas formalizar a decisão determinando a vacância do cargo.

O deputado afirmou que não há a menor possibilidade de crise institucional entre os poderes. "Não há a menor possibilidade, é risco mínimo, de qualquer confronto do Legislativo com o Judiciário. Quem pensar diferente, é como diz o dito popular, pode tirar o cavalinho da chuva. É imenso o respeito do Legislativo com o judiciário e vice-versa. Cada um sabe sua responsabilidade, é definido na Constituição", disse.

07 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

'Apoio político é necessário', diz novo ministro do STJ sobre cargo

Kukina afirma que indicação é 'realidade' e pode ser 'saudável'

O novo ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Sérgio Kukina, admitiu nesta quarta que teve de pedir indicação de políticos para chegar à corte e disse que apoios são "necessária intervenção".

"Isso é uma realidade, no sentido de que realmente não se pode ignorar a necessária intervenção do setor político nesse processo", afirmou Kukina em entrevista coletiva antes da posse no cargo.

Como a **Folha** revelou, o ministro Luiz Fux, que deixou o STJ para assumir vaga no Supremo Tribunal Federal, pediu apoio para José Dirceu, que era réu no processo do mensalão — e que Fux depois julgou e condenou.

Antes de chegar ao STJ, Kukina era procurador no Paraná, mesmo Estado da ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann, que o apoiou.

O ministro disse que, após passar meses em busca de apoio de políticos, chegou a conclusão que esse processo pode ser "saudável".

Para o novo ministro, cabe ao magistrado ser independente após pedir apoio.

"Não penso que tão só a intervenção do setor político possa obrigatoriamente contaminar a postura que venha a ter o ministro. Isso vai depender do profissional."

Segundo o ministro, os deputados condenados no STF pelo mensalão não perdem o mandato automaticamente, como determinou a corte. Para ele, deve caber ao Congresso a formalização da decisão.

Kukina, como ministro do STJ, porém, não terá de avaliar questões constitucionais.

O ministro assume gabinete com 11 mil processos acumulados e afirma que será feita uma triagem para separar os mais urgentes.

Ele pensa que dois anos seria um prazo "razoável" para um processo ter uma decisão definitiva e que dobrar o número de assessores ajudaria a acelerar os julgamentos.

Atualmente, cada ministro do STJ conta com oito deles.

PAINEL

Quem dá mais?

O Planalto age para deter a aproximação do PMDB com tucanos em praças nas quais ministros de Dilma Rousseff devem disputar a eleição em 2014. No Paraná, de Gleisi Hoffmann (Casa Civil), o governo ofereceu cargo em Itaipu a Orlando Pessuti, que negocia ingresso na gestão de Beto Richa. Peemedebistas de Minas, em namoro com Antonio Anastasia, devem ser acomodados na Caixa Econômica Federal, mantendo a sigla na órbita de Fernando Pimentel (Desenvolvimento).

07 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Presidente da Câmara afirma agora que vai seguir ordem do STF

‘Não há possibilidade de questionar decisão do Supremo’, diz Henrique Alves depois de encontrar Joaquim Barbosa

Após reunião, porém, deputado fala que a decisão sobre a cassação dos réus do mensalão pode ser do plenário

Depois de sustentar por três vezes que é da Câmara a palavra final sobre a cassação dos deputados condenados no mensalão, o presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), mudou o discurso e afirmou ontem que “não há hipótese de não cumprir a decisão do STF [Supremo Tribunal Federal]”.

“Nós só vamos fazer aquilo que o nosso regimento determina: finalizar o processo. Coisas de formalidade legal e ponto. Não há nenhuma possibilidade de confrontarmos com o mérito, questionar a decisão do Supremo”, disse, após encontro com o presidente do STF e relator do processo, Joaquim Barbosa.

No julgamento, a maioria dos ministros determinou a perda automática dos mandatos de João Paulo Cunha (PT-SP), José Genoíno (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT).

O tribunal entendeu que quando não houver mais possibilidade de recurso à sua decisão — o que não tem prazo para acontecer —, cabe à Câmara apenas formalizar a vacância dos cargos.

Antes, Alves afirmara, em entrevista à **Folha** e duas vezes após ser eleito, que era a Câmara quem decidiria se os parlamentares terão ou não os mandatos cassados.

Apesar das declarações dadas na saída do encontro com Barbosa, a **Folha** ouviu de Henrique Alves uma nova versão ontem. Segundo ele, não está descartada a possibilidade de que o destino dos deputados seja submetido a votação secreta no plenário, onde as chances de rejeição das cassações são consideráveis.

“Não sei [se enviará o caso ao plenário]. A Mesa [órgão que comanda a Câmara] vai examinar isso”, afirmou.

Ainda na saída do encontro com Barbosa, ele negou risco de crise institucional. “Como diz o dito popular, pode tirar o cavalinho da chuva. Não há a menor possibilidade de nenhum arranhão.”

Alves prometeu também que a questão será tratada com celeridade. A tramitação da determinação do Supremo na Câmara ainda é incerta.

Alves indicou que assim que a ordem chegar ela será encaminhada à Corregedoria para que ela emita parecer à Mesa. A partir daí, a Mesa pode tanto decretar a cassação ou enviar o caso para o Conselho de Ética e o plenário.

Não há consenso entre os sete membros da Mesa. “Defendo que seja o plenário, mas isso é um debate para ser feito pela Mesa”, afirmou o vice-presidente da Casa, André Vargas (PT-PR).

CONTINUA

POSIÇÃO FLEXÍVEL

Após reunião com Barbosa, presidente da Câmara muda discurso sobre cassação de condenados do mensalão



Henrique Alves e o presidente do STF Joaquim Barbosa

O QUE ALVES DIZIA ANTES

“ Não [abro mão de decidir]. A questão da declaração da perda do mandato é inequívoca que é do Parlamento

Em entrevista à Folha publicada em 4.jan.2013

“ Eu volto a dizer, e para bom entendedor basta: nós vamos finalizar o processo. Esta parte compete à Câmara fazer

Após ser eleito presidente da Câmara, em 5.fev.2013

O QUE ALVES DIZ AGORA

“ Não há hipótese de não cumprir a decisão do STF. Nós só vamos fazer aquilo que o nosso regimento determina: finalizar o processo. Coisas de formalidade legal e ponto

Depois de encontro com Joaquim Barbosa, ontem

COMO É O PROCESSO DE CASSAÇÃO NA CÂMARA*

- 1 Quando não houver mais chances de recursos para os deputados condenados, o STF comunica à Câmara a perda dos mandatos
- 2 A decisão é enviada para a Mesa Diretora. Depois, segue para a Corregedoria
- 3 O órgão elabora um parecer analisando, por exemplo, se foi respeitado o amplo direito de defesa
- 4 A Mesa avalia o relatório da Corregedoria e decide o próximo passo. Há posições diferentes sobre o andamento a partir daí
- 5 > O comando da Casa pode decidir decretar a vacância do cargo e convocar o suplente
> Outra linha afirma que a perda do mandato pode passar pelo Conselho de Ética e ainda pelo plenário, que poderiam mudar o mérito

CASOS ANTERIORES



Ronivon Santiago
Saiu da Câmara em 2004, mais de um ano após ter a perda do mandato decretada pela Justiça por crime eleitoral. A demora levou Chicão Brígido, seu suplente, a se acorrentar a uma poltrona da Casa

Luiza Marques - 11.jul.2012/Folhapress



João Capiberibe
Em abril de 2004, o TSE determinou a cassação do senador por compra de votos. Em novembro, uma liminar permitiu que ele voltasse ao Senado. Capiberibe só foi afastado de vez em 2005, mas depois se elegeu novamente

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

JOAQUIM FALCÃO

07 FEV 2013

ANÁLISE

Poder da Casa é restrito, e decisão do Supremo deve ser formalizada

“Não há hipótese de não cumprir a decisão do Supremo. Vamos finalizar o processo. Coisas de formalidade legal e ponto” disse o novo presidente da Câmara. Mas o que quer dizer “coisa de formalidade legal”? Fácil entender.

Vamos supor que um casal queira se separar. Entra na Justiça. O juiz tem o poder de decretar a sentença de divórcio. Mas o poder é limitado. Não pode discordar da vontade dos cônjuges. A isso se chama poder-dever. O juiz é obrigado a exercer seu poder na direção determinada pelas partes: divorciar. É poder sem escolha.

Assim também a Câmara. É obrigada a declarar perda de mandato dos deputados condenados no mensalão. A formalizar a decisão do STF. Não pode ser contra. Não tem nem a escolha de não exercitar esse poder sem escolha.

Como se cumpre essa formalidade? Fácil e rápido. Não é o presidente, o plenário ou os líderes quem a formaliza. É a Mesa da Câmara. Um órgão interno composto por presidente, vice-presidentes, secretários e suplentes.

E como a Mesa emite a declaração? Seus membros se reúnem, decidem e anunciam a decisão. Depois de ouvir o deputado condenado. Existe a hipótese de a Mesa apoiar

José Genoino contra o STF? A Mesa não pode reapreciar o julgamento. Apenas verificar se já acabou o processo. Ou se o Supremo é um tribunal de exceção. Não é.

Quando a Mesa decidirá? Quando o processo acabar. Quando acaba? Quando não tem mais recursos a julgar. Haverá alguns neste ano. Mais cerca de sete meses. É muito tempo? Não. É o tempo que o Brasil precisa para respeitar o direito de defesa sem o qual democracia não há.

Tudo indica que o conflito Câmara versus Supremo será batalha mais anunciada do que concretizada. Nem o Ministro Joaquim Barbosa pode ter pressa. Nem o presidente Henrique Alves pode retardar. Não são eles quem decide o tempo. É a Constituição.

JOAQUIM FALCÃO é professor de direito constitucional da FGV Direito-Rio.

07 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Tribunal de Justiça de SP revoga afastamento de presidente do TRE

Alceu Penteado Navarro responde a procedimento administrativo

O Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu ontem que o desembargador Alceu Penteado Navarro, que estava afastado de suas funções de juiz desde maio de 2012, poderá retornar à corte.

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça acolheu por unanimidade o mandado de segurança impetrado pela defesa do magistrado, que também é presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral).

Ele havia sido afastado por ser um dos cinco desembargadores investigados por supostamente terem “furado a fila” de pagamentos da corte para receber até R\$ 1,5 milhão em verbas trabalhistas atrasadas, entre os anos de 2006 e 2010.

Os casos começaram a ser investigados pelo Conselho Nacional de Justiça em dezembro de 2011.

DECISÃO

Navarro, que teria recebido R\$ 640 mil fora da ordem normal do tribunal, continua respondendo a um procedimento administrativo no Tribunal de Justiça.

O Órgão Especial, no entanto, decidiu que não há necessidade de mantê-lo fora do corte, por entender que ele não vai interferir na apuração do caso.

O juiz nega a prática de irregularidades nas quitações dos débitos trabalhistas.

Apesar do afastamento, Navarro continuou exercendo a presidência do Tribunal Regional Eleitoral por determinação do Tribunal Superior Eleitoral.

Agora, ele poderá também retomar suas atividades na 9ª Câmara Criminal.

Navarro telefonou após o julgamento para o advogado Manuel Alceu Affonso Ferreira, que fez a sustentação oral do mandado de segurança. Agradeceu e foi cumprimentado pela decisão.

A **Folha** procurou o desembargador, mas ele disse, por meio da assessoria do TRE, que não iria se manifestar.

07 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Brindes não afetam independência de juízes, afirmam associações

DE BRASÍLIA - As entidades de classe que representam magistrados criticaram ontem a intenção do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) de proibir a participação de juízes em eventos patrocinados ou bancados por empresas privadas, além do recebimento de prêmios ou brindes.

A proposta começou a ser analisada anteontem pelo conselho, mas foi suspensa por um pedido de vista. A maioria dos integrantes do CNJ concorda com as medidas.

Em nota, a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Anamatra (Associação dos Magistrados do Trabalho) e Ajufe (Associação dos Juízes Federais) criticaram o CNJ por, segundo elas, não ter dialogado com as associações.

* As entidades afirmam ser "inadmissível" o questionamento sobre idoneidade dos magistrados por causa do patrocínio provado.

"Suspeitar da independência dos juízes porque sua entidade de classe recebe patrocínios para a organização de eventos é tão simplista quanto achar que as empresas de comunicação subordinam o conteúdo de matérias jornalísticas aos interesses econômicos dos anunciantes", diz a nota.

As associações argumentam que a proposta em discussão no CNJ é "desproporcional" e vai contra ao princípio da não interferência do Estado em associações e organizações sindicais. Apesar disso, as entidades afirmam não compactuar com "desvio de finalidade" e defendem regras para proporcionar ampla transparência".

07 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

STF dá aviso-prévio maior para demitidos pré-2011

Carta de 1988 garantia acréscimo, mas regulamentação veio 23 anos depois

Decisão do STF vale para ações que já corriam no tribunal; não há consenso sobre resultado de novos pedidos

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que as regras para o pagamento de aviso-prévio de até 90 dias valem para trabalhadores que foram dispensados do serviço antes da edição da lei que regulamentou o tema, em outubro de 2011.

Essa medida vale para ações que já estejam tramitando no STF —o Supremo não tem ideia de quantos trabalhadores serão beneficiados. No caso das ações que tramitam em instâncias inferiores, será preciso aguardar as decisões judiciais.

Segundo ministros do Supremo ouvidos pela **Folha**, quem foi demitido antes da lei, mas não entrou com ação, pode solicitar o benefício, mas não há entendimento de que será atendido.

Relator do caso, o ministro Gilmar Mendes foi cauteloso sobre novas ações reivindicando o benefício. “É muito pouco provável que tenhamos ações futuras. Essa lei está em vigor desde 2011. Estamos em 2013. Quase dois anos. A prescrição trabalhis-

ta ocorre em dois anos. Se tiver resíduo, é pequeno.”

ENTENDA O CASO

A discussão no STF começou em junho de 2011, quando os ministros decidiram que demitidos tinham direito ao aviso-prévio superior a 30 dias, proporcional ao tempo trabalhado, como estabelecia a Constituição.

A legislação já estabelecia complemento proporcional ao tempo de serviço, mas não havia sido regulamentada. Sem uma “proporção” definida, as empresas pagavam apenas o piso.

Em outubro de 2011, a presidente Dilma Rousseff sancionou texto aprovado pelo Congresso, que mantém o prazo atual de 30 dias de aviso-prévio mínimo, com o acréscimo de três dias por ano trabalhado, podendo chegar ao limite de 90 dias (os 30 mínimos mais 60).

Ou seja, a partir de 20 anos de trabalho o empregado já tem direito aos 90 dias.

As ações argumentavam que, mesmo demitidos antes dessa definição, os trabalhadores tinham direitos garantidos pela Constituição, que só não haviam sido pagos por falta de regulamentação.

07 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça manda a Vivo alterar sua conduta e trocar iPhone com defeito

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA - A Justiça determinou que a Vivo altere seu atendimento e troque os aparelhos iPhone que tenham defeito. A decisão é da 30ª Vara Cível de São Paulo. Ainda cabe recurso.

O Ministério Público moveu a ação após um consumidor não conseguir, com a operadora, a troca de seu telefone, que apresentou defeito dois dias após a compra.

De acordo com a decisão, os advogados da Vivo e da Apple disseram, em audiência no ano passado, existir um acordo entre as empresas para que os clientes procurassem apenas a fabricante —no caso, a Apple— em caso de problemas com o iPhone.

A Vivo, em nota, afirmou que vai esperar a notificação para se pronunciar. A Apple não quis se pronunciar.

07 FEV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Para promover magistrado, TJRS precisa alternar critérios

Os tribunais precisam alternar os critérios de antiguidade e merecimento nas promoções de magistrados. Foi o que o Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu na manhã desta terça-feira (5/2), durante sua 162ª sessão ordinária. Por maioria, os conselheiros seguiram o voto do relator dos procedimentos de controle administrativo (PCA, 0004517-58.2012.2.00.0000 e 0004495.97.2012.2.00.0000), Jorge Hélio Chaves de Oliveira, que considerou parcialmente procedentes os pedidos de anulação de promoções realizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) em 2011 e 2012.

No seu voto, o relator lembrou que o artigo 93, inciso II, alíneas b e c da Constituição Federal baliza a promoção por merecimento. “O mecanismo do TJRS de priorizar a antiguidade no caso de empate técnico entre candidatos à promoção contraria o princípio da alternância de critérios de antiguidade e merecimento, constitucionalmente previstos, ao acrescentar ou retirar dois pontos e meio à pontuação final do candidato”,

disse.

De acordo com o entendimento do Plenário, o mecanismo chamado de “margem de segurança” muda artificialmente a nota dos candidatos à promoção, que deveria ser baseada em dados objetivos.

O presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, qualificou o mecanismo de “margem de arbítrio”, ao aderir ao voto do relator e condenar as promoções por merecimento como um todo.

O relator do processo afirmou que o critério do TJRS para desempatar promoções por merecimento não tem base legal. “Não há base legal para tal ato nem nas normas estaduais nem no Regimento Interno do tribunal”, disse Jorge Hélio. Com a decisão do Plenário, que não tem efeito retroativo, ficam anuladas as quatro promoções que foram objeto dos PCAs.

Os conselheiros Neves Amorim, Ney Freitas, Emmanoel Campelo e Jefferson Kravchychyn seguiram a divergência aberta pelo conselheiro Lucio Munhoz, o que determinou o resultado final do julgamento em 10 votos a 5.

07 FEV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Definido critério para preenchimento de quinto constitucional no Ceará e PR

Por maioria, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu, que, havendo número ímpar de vagas destinadas ao quinto constitucional, o preenchimento da primeira vaga que institui o número ímpar deve se dar de forma alternada e sucessiva, conforme prevê a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman). Dessa forma, se a vaga anterior for preenchida por um membro da advocacia, a próxima deverá ser destinada a um membro do Ministério Público (MP) e vice-versa. A decisão foi tomada na 162ª sessão plenária do CNJ, durante o julgamento de dois Procedimentos de Controle Administrativo (PCAs), um do Ceará e outro do Paraná.

No primeiro deles, a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Ceará insurgiu-se

contra ato do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT 7) que destinou uma vaga criada pela Lei n. 11.999/2009, reservada ao chamado quinto constitucional, a um integrante do Ministério Público do Trabalho. A escolha, segundo a OAB, teria se dado por sorteio público.

No segundo PCA, a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná questiona a destinação, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT 9), de vaga reservada ao quinto constitucional também a um membro do Ministério Público do Trabalho.

O relator dos dois processos, conselheiro Jorge Hélio, votou pela adoção de um critério tipográfico para interpretação da Loman, tendo como base decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a matéria.

07 FEV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ determina novos valores de custas judiciais

Foi publicada nesta terça-feira (5/2) a Resolução 4/2013, do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o pagamento de custas judiciais e porte de remessa e retorno de autos no âmbito do Tribunal. Com a nova tabela, tanto o recurso especial quanto Ação Penal passam a custar R\$ 131,87.

Esse mesmo valor serve para Mandado de Segurança com um impetrante. O custo para cada excedente é de R\$ 65,94. A Ação Rescisória passa a custar R\$ 263,75.

Com a publicação da nova resolução, ficam revogadas a Resolução 25/2012 e a Portaria 327/2012. Pela regra anterior, o Recurso Especial, o Recurso em Mandado de Segurança e a Ação Penal custavam R\$ 124,59. O custo para a Ação Rescisória era de R\$ 249,20.

Em seu artigo 6º, a nova resolução estabelece que não será exigido o porte de remessa e retorno dos autos quando se tratar de recursos encaminhados ao STJ e por ele devolvidos integralmente por via eletrônica aos tribunais de origem.

A resolução traz a lista dos tribunais que já aderiram à devolução eletrônica de autos. São eles os Tribunais de Justiça do Distrito Federal, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins, além dos Tribunais Regionais Federais da 1ª e da 3ª Região.

07 FEV 2013

GAZETA DO POVO



Paranaense é empossado no STJ

O paranaense Sérgio Kukina tomou posse ontem como ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Kukina (à direita na foto, observado pelo presidente do STJ, Félix Fischer) foi indicado pela presidente Dilma Rousseff e teve seu nome aprovado pelo Senado para ocupar a vaga aberta pela aposentadoria do ministro Hamilton Carvalhido. O novo ministro admitiu que

teve de pedir indicação de políticos para chegar à corte. "Isso é uma realidade, no sentido de que realmente não se pode ignorar a necessária intervenção do setor político nesse processo", afirmou Kukina antes da posse no cargo. Kukina, de 53 anos, era procurador do Ministério Público do Paraná. Estava no órgão desde 1984. Ele é mestre em Direito pela PUCPR e professor na Escola do Ministério Público e na Escola da Magistratura. É especialista em Direito Processual Civil e Direito da Criança e Adolescente.



BESSA

A ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, representou a presidente Dilma na posse do procurador paranaense Sérgio Kukina no Superior Tribunal de Justiça (STJ), ontem, em Brasília, em solenidade que contou também com a presença do governador Beto Richa e de diversos políticos e autoridades do alto escalão do Paraná.

07 FEV 2013

GAZETA DO POVO

PR fica a 0,5% do limite de gasto com pessoal, mas quer mais cargos

“São dois pesos e duas medidas [da STN em não autorizar os empréstimos do Paraná]. Trata-se de uma perseguição implacável.”

PUNIÇÕES

Se ultrapassar os limites legais, o governo paranaense não poderá receber dinheiro da União e contratar empréstimos internacionais.

Ademar Traiano (PSDB), líder do governo na Assembleia, alegando que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) liberou empréstimos do Rio Grande do Sul, que estaria na mesma situação que o Paraná.

Embora esteja perto do máximo que pode gastar com funcionalismo, governo propõe criar 41 vagas comissionadas. Secretário garante que teto não será atingido

Euclides Lucas Garcia

▮ Ao mesmo tempo em que pretende criar 41 cargos em comissão na reforma do secretariado, o governo do Paraná admite que está muito próximo de extrapolar o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com gastos de pessoal. A informação consta de um projeto do próprio Executivo estadual enviado à Assembleia Legislativa na última terça-feira. Por lei, o governo pode comprometer 49% da receita líquida corrente — montante arrecadado pelo Executivo

— com a folha de pagamento. Hoje, esse índice está em 48,75%. Se ultrapassar o limite, o Paraná não poderá receber transferências voluntárias da União, contratar empréstimos e nem irá receber as garantias necessárias para, por exemplo, obter financiamentos internacionais.

No projeto em que admite estar próximo do limite, o governo propõe regulamentar a concessão do adicional de insalubridade e periculosidade pago a quase 9 mil servidores que atuam em funções de risco. A medida custará R\$ 2,1 milhões anuais. O reconhecimento do aperto financeiro está nas duas últimas folhas da proposta, na qual técnicos da Secretaria da Fazenda fazem um “alerta” ao Executivo em relação às despesas com pessoal. No documento, eles destacam a proximidade do limite legal para gastos com a folha de pagamento — que já está em 99,48% do máximo determinado pela LRF.

“A análise tem caráter de alerta, a fim de subsidiar a

decisão final do governador. Solicitamos que, se autorizada [a despesa extra com os adicionais], seja impreterivelmente informada à Fazenda no mês de sua implantação, pois é indispensável para controle do índice de pessoal”, afirmam os técnicos no documento. O texto não informa qual percentual será atingido se a despesa for autorizada pelos deputados.

Alerta

Mesmo com esse alerta, emitido em 11 de janeiro, o governo redigiu no dia 4 de fevereiro a proposta que prevê 41 novas vagas comissionadas com o desmembramento da Casa Civil e a criação da Secretaria de Governo. O impacto da medida na caixa do estado será de R\$ 4,2 milhões em 2013.

CONTINUA

Despesa com servidores já impede o governo de receber empréstimo

CONTINUAÇÃO

“Esse é o choque de gestão do governo tucano. Um cargo comissionado criado a cada dois dias nestes dois anos”, criticou o líder da oposição na Assembleia, Tadeu Veñeri (PT). O deputado petista Enio Verri ressaltou a “incoerência” do Executivo ao desconsiderar uma análise da própria Fazenda. “É um atestado da incoerência e descaso com o Paraná e mostra que governo Beto Richa (PSDB) está mais perdido do que nunca.”

O secretário da Casa Civil, Luiz Eduardo Sebastiani, justificou que o primeiro projeto do governo vai corrigir um problema histórico que ocorria, já que o adicional de insalubridade e periculosidade era pago proporcionalmente ao salário do servidor. “Essa indenização deve ter um valor fixo independentemente da função e remuneração. É uma questão de justiça”, disse.

Ele afirmou ainda que o próximo levantamento dos gastos com pessoal, que é feito a cada quatro meses, já mostrará percentuais menores, uma vez que haverá a “diluição” das despesas com o 13.º salário, pago no fim do ano passado. “Sobre os novos cargos, só haverá nomeação se houver condição financeira para isso. Tudo está sendo feito dentro das possibilidades legais.”

No ano passado, o governo do Paraná enfrentou problemas em relação às despesas com pessoal. Ao ultrapassar o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — uma espécie de primeiro alerta — para esse tipo de gasto, o Executivo estadual ficou impedido, por exemplo, de reajustar salários e contratar novos servidores.

Diante do impasse, teve de negociar com o Tribunal de Contas do Estado (TC) a inclusão ou não das despesas com pensionistas e o recolhimento do Imposto de Renda (IR) nos gastos da folha de pagamento — o tema é alvo de análise no Supremo Tribunal Federal (STF). A solução foi incluir essas rubricas de forma gradual na folha ao longo dos próximos 16 anos.

O desfecho encontrado em âmbito estadual, porém, não tem convencido a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que é um dos órgãos responsáveis por avaliar empréstimos financeiros solicitados pelos estados. Diante da situação do Paraná no quesito gastos com folha de pagamento, a STN — que foi justamente a responsável por determinar a inclusão de despesas do IR e pensionistas como gastos com pessoal — está barrando alguns dos empréstimos pleiteados pelo estado com instituições financeiras nacionais e internacionais.

Ontem, o líder do governo na Assembleia, Ademar Traiano (PSDB), acusou a STN de politizar o tema. Segundo ele, o Rio Grande do Sul estaria na mesma situação do Paraná, mas, como o estado é governado pelo petista Tarso Genro, a STN teria ignorado os problemas da folha de pagamento do Executivo gaúcho. “São dois pesos e duas medidas. Trata-se de uma perseguição implacável, que tenho certeza não ser do conhecimento da presidente Dilma Rousseff”, criticou. “O espírito republicano da presidente irá prevalecer sobre picuinhas e divergências políticas e estou certo de que ela dará uma solução a isso na audiência que terá com o governador no começo de março.”

07 FEV 2013

GAZETA DO POVO

» DITADURA

Richa indica integrantes da Comissão da Verdade do PR

■ O governador Beto Richa (PSDB) nomeou no último dia 28 de janeiro os sete integrantes que farão parte da Comissão Estadual da Verdade. O grupo vai examinar e esclarecer violações de direitos humanos praticados no estado no período de 1946 a 1988 e contribuir com a Comissão Nacional da Verdade, criada em maio de 2012 para investigar crimes da ditadura militar.

INVESTIGAÇÃO

Veja quem são os sete membros da comissão:

» Marcio Mauri Kieller Gonçalves, bancário e vice-presidente da CUT no Paraná.

» Ivete Maria Caribé da Rocha, advogada e integrante do Comitê de Refugiados do Paraná.

» Luiz Edson Fachin, jurista e professor de Direito da UFPR.

» Olympio de Sá Sotto Maior Neto, ex-procurador-geral de Justiça do Ministério Público Estadual.

» Pedro Bodê, professor do setor de Ciências Humanas da UFPR e especialista em violência.

» Vera Karan de Chueiri, professora e vice-diretora do setor de Ciências Jurídicas da UFPR.

» Neide de Azevedo Lima, ex-presidente do Movimento Feminino pela Anistia, indicada pelo Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça.

Henrique Alves recua e diz que Câmara cassará deputados condenados

Após encontro com Joaquim Barbosa, parlamentar muda discurso e garante que o Legislativo vai cumprir a decisão do STF que cassou os deputados mensaleiros.



Henrique Alves e Barbosa: cassação de deputados condenados não entrou na pauta do encontro.

O presidente da Câmara Federal, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), baixou o tom do discurso e disse ontem que não existe possibilidade de a Casa “confrontar o mérito” da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou a perda do mandato dos quatro deputados condenados no julgamento do mensalão. Após encontro com o presidente do tribunal, Joaquim Barbosa, Henrique Alves disse que a Câmara vai “finalizar o processo” de forma rápida, cumprindo formalidades previstas no Regimento da Câmara, como saber se o direito de defesa foi cumprido.

“Não há hipótese de não cumprir a decisão do Supremo”, disse o peemedebista. “Nós só vamos fazer aquilo que o nosso regimento determina que façamos: finalizar o processo. Coisas de formalidade

legal e ponto. Não há nenhuma possibilidade de confrontarmos com o mérito, questionar a decisão do Supremo”, completou.

O presidente da Câmara disse que o tema não foi tratado no encontro com Barbosa. Desde a campanha para o comando da Casa, Henrique Alves defendia que a palavra final era da Câmara sobre a perda do mandato.

Em entrevista à *Folha de S.Paulo* em janeiro, Alves chegou a dizer que não abria mão de decidir a questão. Outros quatro integrantes da nova Mesa Diretora seguiram entendimento de Alves, sustentando que cabe à Câmara tratar do tema.

A medida contrariava o que os ministros do Supremo estabeleceram no julgamento. O entendimento foi de que o STF determinou a perda automática do mandato, cabendo à Câmara apenas formalizar a decisão determinando a vacância do cargo.

Confira qual era o posicionamento do deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) sobre a cassação do mandato dos deputados condenados no julgamento do mensalão e o que ele diz agora:

Antes

“Não [abro mão de decidir]. Nem o Judiciário vai querer que isso aconteça. A questão da declaração da perda do mandato é inequívoca que é do Parlamento.”

Em entrevista à *Folha de S.Paulo* no início de janeiro.

FLEXÍVEL

“Eu volto a dizer, e para bom entendedor basta: nós vamos finalizar o processo. Quem declara a perda do mandato, tudo, esta parte compete à Câmara fazer.” Logo após ser eleito presidente da Câmara, no dia 5 de fevereiro.

Agora

“Não há hipótese de não cumprir a decisão do Supremo. Nós só vamos fazer aquilo que o nosso regimento determina que façamos. Coisas de formalidade legal e ponto.”

Após reunião com o ministro do STF Joaquim Barbosa, ontem.

Ontem, Alves afirmou que não há a menor possibilidade de crise institucional entre os poderes. “Quem pensar diferente, é como diz o dito popular, pode tirar o cavalinho da chuva”, disse.

GAZETA DO POVO

DORA KRAMER

Berros n'água

07 FEV 2013

Não faz jus à mediocridade do atual Congresso — notadamente da sessão legislativa que agora se inicia — a interpretação de que seus novos dirigentes desafiam o Supremo Tribunal Federal quando reivindicam para a Câmara a última palavra sobre a perda dos mandatos de quatro deputados condenados criminalmente.

Para que se configurasse um duelo seria preciso igualdade em estatura, autoridade e consistência de argumento.

“Queiram ou não queiram, a palavra final é da Câmara”, asseverou o novo presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves, para gáudio de vários integrantes da Mesa Diretora que, no entusiasmo da vitória, aderiram à teoria de que uma sentença criminal da instância suprema da Justiça seja passível de revisão no Legislativo.

O presidente do STF e relator do processo que levou às condenações, ministro Joaquim Barbosa, foi de extrema delicadeza ao comentar o assunto, chamando de “especulações” as fanfarrônicas à deriva.

Barbosa disse o óbvio: o Supremo tem a palavra final sobre qualquer assunto constitucional sobre o qual a Justiça venha a ser instada a se manifestar. De onde não há confronto possível, pois não há duas partes dispostas a brigar.

Não obstante a evidência, o presidente da Câmara revidou: “Volto a dizer, para bom entendedor basta: vamos finalizar o processo, pois quem aprecia as formalidades legais é a Câmara, conforme pensaram quatro dos nove ministros na votação de cinco a quatro”.

Pela lógica do deputado, no resultado de cinco a quatro prevaleceriam os quatro votos vencidos sobre os cinco vencedores. Não basta para nenhum tipo de entendedor, bons ou maus.

Acuado pela degradação da própria imagem, o Congresso faz pose de valente. Promete “crescer” para cima dos Poderes Judiciário e Executivo sob as asas dos quais se esconde. Vive agarrado nas barras da toga do tribunal por omissão, e na saia da presidente da República, por submissão.

Agora mesmo um deputado (Sandro Mabel) pede ao STF que anule o resultado da eleição do líder da bancada do PMDB porque ficou insatisfeito com a derrota para Eduardo Cunha.

Não é o único exemplo, embora seja o mais recente e estapafúrdio, de choramingo judicial no Parlamento que se diz usurpado.

Os berros que agora se ouvem têm a consequência dos tiros n'água. Primeiro porque o Legislativo não dispõe de instrumentos legais para descumprir decisão do STF; segundo, porque carece de condições morais para debater de igual para igual com o Judiciário devido aos débitos de suas excelências com a lei.

**O Congresso faz pose de valente.
Promete “crescer” para cima dos Poderes Judiciário e Executivo sob as asas dos quais se esconde.**

GAZETA DO POVO

TSE libera posse de Betí Pavin em Colombo

07 FEV 2013

■ O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Marco Aurélio Mello decidiu que a prefeita eleita de Colombo, Beti Pavin (PSDB), pode assumir o cargo. Nas eleições do ano passado, Beti teve seu registro indeferido por causa da Lei da Ficha Limpa, pois teve suas contas rejeitadas por irregularidades quando administrou a cidade em 2001. O entendimento do ministro é do dia 18 de dezembro. No entanto, só foi divulgado ontem pelo TSE. Como se trata de uma decisão monocrática, a medida ainda é passível de contestação.

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná informou ontem, por meio de nota publicada em sua página na internet, que teve conhecimento da medida por meio do sistema de acompanhamento processual e que ainda não havia recebido comunicação oficial. Atualmente, a prefeitura do município está sob o comando do prefeito interino José Renato Strapasson (PTB), o Pelé, presidente da Câmara Municipal.

Vereadores

Além da indefinição sobre o comando do Executivo municipal, os eleitores de Colombo também convivem com um impasse envolvendo a Câmara de Vereadores da cidade. Isso porque a Justiça considerou inválida a alteração na Lei Orgânica do município que ampliou de 13 par 21 o número de vereadores da cidade. O caso continua em análise.

07 FEV 2013

GAZETA DO POVO

MP pede interdição de fábrica de xisto no Paraná

O Ministério Público (MP) do Paraná entrou com ação civil pública pedindo, em liminar, a interdição da unidade de industrialização de xisto da Petrobras em São Mateus do Sul, no Sudeste do Paraná, por danos ambientais e à saúde da população. A promotora Fernanda Basso Silvério solicita ainda uma indenização por dano moral e multa diária, ainda a ser definida, em caso de descumprimento. O pedido de interdição foi feito na sexta-feira passada e até agora a Justiça local não se manifestou sobre o caso.

As acusações se apoiam em relatório produzido por um perito da Universidade de São Paulo (USP). De acordo com a ação, foi detectada presença de mercúrio, um metal pesado, ao longo do leito de um rio em quantidade acima do permitido pela legislação. Além disso, segundo a promotora, a qualidade do ar atingiu níveis que causam muitos problemas respiratórios à população. "É estatístico. Há mais problemas respiratórios em São Mateus do Sul do que em outras cidades do Paraná", comentou a promotora.

Exposição

A fábrica fica no topo de uma colina e São Mateus do Sul, a 150 quilômetros de Curitiba, está na encosta da colina seguinte. Segundo o relatório, isso faz com que os habitantes fiquem inteiramente expostos às emissões gasosas e de material particulado da unidade.

Relatório da Universidade de São Paulo mostra presença de mercúrio em leito de rio e problemas respiratórios na população da cidade

Medições feitas com filtros e em cascas de árvores teriam indicado a presença de ferro, enxofre e silício. Nos locais de maior concentração de partículas, há um número maior de casos de problemas respiratórios na população, concluíram os estudos da USP.

De acordo com a promotora, a ação foi proposta com base na reclamação dos moradores da cidade e também de uma comunicação de vazamento feita pela própria Petrobras. Segundo a promotora, os dois fatos embasaram a ação, mas o fundamento mais consistente surgiu dos relatos da população e do estudo realizado pela USP. Procurada, a Petrobras informou, em nota, que não foi citada na ação civil pública.

"É estatístico. Há mais problemas respiratórios em São Mateus do Sul do que em outras cidades do Paraná."

Fernanda Basso Silvério, promotora de Justiça.

PNEUS

A Petrobras diz que a extração de xisto serve ainda para reciclagem de pneus, misturados à carga de xisto a ser processada, em volume de 5% do total. Mais de 1 milhão de pneus são reaproveitados por ano pela companhia.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Criada em 1972, unidade perdeu em relevância

07 FEV 2013

A Unidade de Negócio de Industrialização do Xisto (SIX) existe desde 1954. Em 1972, foi construída a primeira usina de processamento no Paraná e, em 1991, a tecnologia foi consolidada com a entrada em operação de um novo módulo industrial.

O xisto extraído passa por um processo industrial criado pela estatal para gerar petróleo. A formação tem alguma relação com o gás não convencional produzido nos Estados Unidos, mas os processos são diferentes. Ao contrário da estrutura que gera o chamado “shale gas”, as reservas de xisto do Paraná estão mais perto da superfície e, por isso, já liberaram todo o gás — porém retêm óleo.

No entanto, a menor profundidade permite que a Petrobras extraia a rocha por mineração. O material é então quebrado e exposto a altas temperaturas para produzir petróleo. No caso americano, são feitas perfurações profundas para liberar o gás.

Diante de duas crises do petróleo nos anos 70, a estatal desenvolveu essa tecnologia para garantir que o país tivesse acesso ao insumo numa época em que ainda não haviam sido identificadas grandes reservas em território nacional. Com as descobertas de petróleo pela empresa, a unidade do Paraná perdeu relevância.

Tanto a técnica desenvolvida pela Petrobras quando a do “shale gas” têm apresentado preocupações quanto a riscos ambientais no Brasil.

07 FEV 2013

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

MP denuncia 72 alunos pela ocupação da Reitoria da USP em 2011

O Ministério Público denunciou 72 estudantes que ocuparam a Reitoria da Universidade de São Paulo (USP), em novembro de 2011. Eles são acusados dos crimes de formação de quadrilha, destruição de patrimônio público, posse de material explosivo e desobediência à ordem de funcionário público. Se condenados, podem pegar penas que vão de dois a seis anos de prisão. A denúncia à Justiça foi feita pela promotora Eliana Passarelli. Mesas, computadores e fios de telefone foram danificados no primeiro andar da reitoria, ocupado pelos alunos do dia 2 ao dia 8 de novembro de 2011. O local foi desocupado à força depois que os alunos ignoraram uma ordem judicial.

Prisões

O juiz Ulysses Fonseca Louzada, da Comarca de Santa Maria, negou os pedidos de revogação da prisão temporária dos quatro envolvidos no caso. “Ainda há diligências a serem realizadas, tais como acarações, buscas, reconstituições dos fatos, análise de documentos e perícias”, justificou Louzada. Dois integrantes do Gurizada Fandangueira — o vocalista Marcelo de Jesus dos Santos e o produtor Augusto Bonilha Leão — estão detidos, assim como Spohr e Hoffmann.

O número de hospitalizados por causa do incêndio da boate Kiss caiu de 81 para 75 ontem, segundo a Força Nacional do SUS. Desses, 21 ainda respiravam com ventilação mecânica até as 20 horas desta quarta. A maioria dos internados tem problemas pulmonares.

07 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Choque de poderes. Após se reunir com Joaquim Barbosa, Henrique Eduardo Alves muda discurso sobre cassação de mandatos de deputados condenados no julgamento do mensalão; estratégia é retirar assunto da pauta e esperar conclusão total do caso no Supremo

Presidente da Câmara diz agora que acata STF, mas colegas apostam na morosidade

O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), mudou o discurso e disse ontem que cumprirá a decisão do Supremo Tribunal Federal de cassar os quatro parlamentares condenados no julgamento do mensalão. A declaração foi feita após um encontro com o presidente da Corte, Joaquim Barbosa. Nos bastidores, porém, a Mesa Diretora aposta na demora da conclusão do caso no Supremo, que ainda terá de publicar sua decisão e analisar recursos. Os atuais mandatos acabam no fim do ano que vem.

Mesmo quando o caso estiver totalmente concluído na Justiça, a ideia é protelar ao máximo a decisão sobre perda dos mandatos no Legislativo. “Não há a menor possibilidade. Não há hipótese de não cumprir a decisão do Supremo”, disse Alves após encontro no gabinete de Barbosa. “Nós só vamos fazer aquilo que o nosso regimento determina que façamos: finalizar o processo. Uma coisa complementa a outra. Não há confronto”, completou, pondo panos quentes numa polêmica iniciada por ele mesmo.

Na sua campanha à presidência da Câmara, Alves disse que defenderia a autonomia parlamentar de dar a última palavra sobre o mandato do condenados. Na segunda-

feira, após eleito para o cargo, voltou a defender que a Casa teria de decidir sobre o futuro os quatro deputados: João Paulo Cunha (PT-SP), José Genoíno (PT-SP), Valdemar da Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT).

Perguntado ontem no que consistiria “finalizar o processo” na Câmara, Alves respondeu: “Saber se o direito de defesa foi exercitado, se os prazos foram cumpridos. Coisas de formalidade legal e ponto.” Segundo disse ontem, o processo “será rápido”. “Formalidades legais não podem implicar em muito tempo.”

Fora da agenda. A tática da nova Mesa Diretora, porém, é outra. O primeiro passo para colocar a estratégia em funcionamento é tentar tirar o assunto da pauta no momento. “Caberá à Mesa decidir se essa perda de mandato deve ir ao plenário ou não. Mas isso é uma agenda para quando os embargos chegarem aqui”, afirmou ontem o primeiro vice-presidente da Câmara, André Vargas (PT-PR).

Dos sete integrantes titulares da Mesa, seis são de partidos aliados, que já se posicionaram contra a cassação automática do mandato dos quatro deputados.

No julgamento, concluído em 17 de dezembro, a maioria dos ministros do Supremo deixou claro que a perda dos mandatos será

uma consequência das condenações. Restaria ao Legislativo, portanto, apenas corroborar a decisão judicial, sem chance de mudá-la numa votação em plenário.

Constituição. A decisão do Supremo de cassar o mandato de deputados condenados provocou um embate com o Congresso Nacional e gerou diversas interpretações sobre qual Poder – Legislativo ou Judiciário – tem de fato a prerrogativa de tomar mandatos de parlamentares.

O ex-presidente da Câmara Marco Maia (PT-RS) chegou a dizer, antes da decisão do Supremo, que poderia não cumpri-la.

A discussão sobre a perda de mandato gira em torno de dois artigos da Constituição: o 15, inciso III, e o 55. O artigo 15 trata de direitos políticos e diz que sua perda ou suspensão se dará no caso de condenação criminal transitada em julgado; já o artigo 55 trata especificamente de perda de mandato de deputado e senador e diz que a cassação poderá ocorrer quando houver condenação criminal transitada em julgado.

CONTINUA

07 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

'Caso' Donadon já dura 3 anos

A julgar por processos semelhantes anteriores, a prisão e perda de mandato dos condenados do mensalão pode demorar alguns anos. É a conclusão que se pode tirar do que ocorreu ao deputado federal Natan Donadon (PMDB-RO).

Condenado em 2010 a 13 anos, 4 meses e 10 dias de cadeia, ele continua na Câmara, exercendo normalmente o mandato.

Só em dezembro passado o STF julgou o seu recurso contra a decisão em que ele foi condenado por peculato e formação de quadrilha. Na ocasião, os ministros não mencionaram as possibilidades de serem executadas a prisão e a perda do mandato.

Após o julgamento, a defesa de Donadon anunciou que protocolaria um pedido de revisão criminal. Seu argumento: penas bem inferiores foram fixadas para outros acusados de participar do mesmo esquema de fraudes na Assembleia de Rondônia. Com isso, há chances de Donadon exercer integralmente o mandato, até 2014, sem ser punido.

CONTINUAÇÃO

Acontece, que o parágrafo 2º do artigo 55 ainda diz que a perda do mandato, em caso de condenação criminal, "será decidida" pela Câmara ou pelo Senado em votação secreta, por maioria absoluta de votos. É nesse ponto que os parlamentares se seguram, apesar de manifestação contrária da maioria dos ministros do STF.

Ao sair da audiência, ontem no STF, Alves afirmou que não conversou com Barbosa sobre os efeitos das condenações. Na véspera, o presidente do STF havia classificado as investidas do peemedebista contra a Corte como apenas uma "especulação".

PONTOS-CHAVE

As últimas etapas do julgamento

● Acórdão

O STF precisa publicar a decisão com os argumentos para a condenação dos 25 réus. Há um prazo de 60 dias, a partir de 17 de dezembro, raramente respeitado

● Recursos

Os condenados, então, poderão recorrer por meio de dois embargos: os de declaração e os infringentes. É impossível prever o prazo para julgar os recursos

● Execução

Concluída a fase de recursos, o STF determinará a execução de penas. É aí que a decisão de cassar mandato de deputados condenados terá de ser cumprida

● Parlamento

Quando a determinação da cassação chegar à Câmara, deverá ser apreciada pelo plenário, conforme entendem os deputados com base na Constituição

O ESTADO DE S. PAULO

ROBERTO MACEDO

07 FEV 2013

O Congresso Nacional, de mal a pior

Pensei em falar do Congresso como um lixo político. Mas refleti que estaria ofendendo os coitados que nos

de lixo mesmo trabalham em condições abjetas e a duras penas em busca de algo aproveitável para sua sobrevivência. No Congresso há trabalho sujo na fartura, ressaltadas exceções cada vez mais excepcionais.

Não há maior diferença na troca de José Sarney por Renan Calheiros, no Senado, e de Marco Maia por Henrique Alves, na Câmara. Os substitutos não mostram credenciais capazes de reverter a decadência política, ética e funcional das instituições que vão cumular. O que segue mal cumulativamente tenderá a piorar.

O novo presidente da Câmara começou assim, com a ameaça de desrespeitar o Supremo Tribunal Federal (STF) e deixar à Casa a decisão de cassar o mandato dos deputados condenados no julgamento do "mensalão". O assunto nem deveria estar em discussão, pois os próprios condenados deveriam sair por si mesmos. Mas falta vergonha. Poderiam, também, seguir a recomendação que torcedores perto de alambrados costumam fazer aos maus jogadores de futebol: "Pede para sair...". Nas reticências, nomes e adjetivos fortes.

No Congresso há torcedores de outro tipo, a torcer evidências para lhes dar versões de sua conveniência. Os dirigentes eleitos fizeram isso quanto aos malfeitos apontados em suas carreiras. A recente e *pízzica* CPI do caso Carlinhos Cachoeira também usou e abusou de artifícios para salvar colegas de partido e trocar favores. Agora,

Indispensável também para a economia do País, ele não está à altura de suas responsabilidades

em discursos solenes, vem a conversa fiada de ética e transparência, porque o que se vê são dissimulações de comportamentos em contrário.

Em questões como essas merece atenção o conhecimento profundo de Fernando Gabeira, que por 16 anos foi deputado federal. Neste espaço (*300 picaretas e uma pá de cal*, 1.º/2) tratou do "mensalão" e dos parlamentares que pegam carona nas autoritárias medidas provisórias que passam pelo Congresso, pendurando-lhes emendas que fogem ao caminho democrático e servem a interesses econômicos. E diz que os negócios são o centro de tudo. Além de emendas como essas, sei que há as orçamentárias, que atendem também a interesses eleitoreiros. E há as votações secretas, como nas recentes eleições, que escondem votos inconfessáveis a colegas e eleitores traídos. Gabeira conclui que o Congresso se perdeu para o ramo dos secos e molhados. Leitura imperdível, o artigo está em www.estadao.com.br/noticias/impreso,300-picaretas-e-uma-pa-de-cal-,991634,0.htm.

E mais: seu plenário trabalha em regime de zorra total. A Mesa Diretora costuma ser rodeada de parlamentares posando de papagaios de pirata. No plenário, muitos de pé, e o som dos oradores cai em ouvidos surdos por desatenção e por tagarelice em conversas paralelas. Não há debates profundos de grandes temas nacionais.

Como economista, vejo também o lado nada econômico. O Congresso é indispensável, mas não precisava custar tanto, pois boa parte do muito dinheiro que absorve poderia ser destinada a outras finalidades, mais meritórias em seus benefícios, e de forma mais eficaz e eficiente.

A maioria dos congressistas não mostra a preocupação republicana de buscar o bem comum nem se condói do contribuinte que sustenta a festa com enorme carga tributária, que destaca o Brasil entre seus pares de renda *per capita* semelhante. Ao pagar, o brasileiro como que tosse impostos, porque o esforço é enorme.

Com o debate sobre os novos presidentes, absurdas cifras vieram à tona Conforme a *Folha de S. Paulo* de 1.º e 4 deste mês, o orçamento do Congresso para 2013 deve alcançar a elevadíssima cifra de R\$ 8,5 bilhões (!), superior aos recursos de vários Estados da Federação. Funcionários: 22 mil (!), com salário médio de R\$ 13,6 mil (!) no Senado. Na Câmara, os de servidores efetivos estão entre R\$ 4,8 mil e R\$ 19,5 mil (!). Salário dos parlamentares, R\$ 26.700 (!) por mês, mais a gestão de verbas mensais que na Câmara alcançam R\$ 97.200 (!) e no Senado, R\$ 52.970 (!). Parte delas vai para assessores que trabalham na caça de votos para reeleição, um financiamento público de campanha a privilegiados pelo mandato. E mesmo o salário alto não explica casos de enriquecimento na política.

CONTINUA

07 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

E o trabalho na sua produtividade? Para que 517 deputados e 81 senadores? Dois terços destes e um terço daqueles seriam mais baratos, produtivos e mais que suficientes. Entre os senadores há ainda os que vieram do nada, pois exercem o mandato como suplentes, “escolhidos” em eleição casada com a titular. Na última contagem que vi, de outubro de 2012, havia 19 nessa condição, quase um quarto do total. O leitor sabe quem são os suplentes dos três senadores eleitos pelo seu Estado?

O ano de 2012 foi típico do descaso pelo empenho. O Orçamento da União de 2013 segue sem aprovação. E permaneceu a omissão quanto a um imenso orçamento paralelo, o do BNDES, que escapa ao escrutínio parlamentar. O impasse dos royalties do petróleo não foi resolvido e o debate sobre o assunto revelou uma fila com perto de 3 mil (!) vetos presidenciais que se acumularam porque o Congresso deixou de examiná-los. Tampouco foi cumprida a obrigação de fixar novas regras para o repasse dos impostos federais aos Estados, que tinha prazo “final” em 2012 por “determinação” do STF.

O desenvolvimento econômico de um país depende da qualidade de suas instituições, conforme ressaltou Douglass North, Nobel de Economia. Michael Porter, um dos maiores especialistas mundiais em competitividade de empresas e nações, resalta que a falta de efetividade legislativa também atrapalha.

E assim segue o Brasil, devagar na corrida mundial da competitividade, amarrado por instituições como essa que acaba de dar mais um show do mal que faz ao País.

●
ECONOMISTA (UFMG, USP E
HARVARD), PROFESSOR ASSOCIADO
À FAAP, É CONSULTOR ECONÔMICO
E DE ENSINO SUPERIOR

07 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Assembleia prepara projeto para tirar poder de promotor

Irritados com ação que prevê fim do auxílio-moradia, deputados querem concentrar investigações nas mãos do procurador-geral

A Assembleia Legislativa deflagrou uma forte reação aos promotores de Justiça de São Paulo. Por meio de Proposta de Emenda à Constituição (PEC), os parlamentares miram o enfraquecimento dos promotores e almejam concentrar poderes nas mãos do procurador-geral de Justiça, chefe do Ministério Público.

A ofensiva para rever o texto da Constituição Estadual de 1989 se dá apenas uma semana depois que dois promotores do Patrimônio Público e Social – braço do Ministério Público que combate improbidade – obtiveram liminar judicial para cortar o auxílio-moradia dos deputados, privilégio que custa R\$ 2,5 milhões por ano ao Tesouro.

A perda da regalia irritou profundamente os parlamentares. Na tarde de anteontem, líderes se reuniram e declararam guerra ao que classificam de abusos.

“O Parlamento de São Paulo não pode ficar à mercê de dois promotores”, esbravejou um deputado do PSDB, em alusão a Saad Mazloum e Silvio Marques, que subscrevem a ação contra a verba da moradia. “Quem estiver contra o Parlamento que se pronuncie agora”, desafiou o tucano, segundo relatos.

Outros promotores têm sido alvo de ataques. O deputado Barros Munhoz (PSDB), presidente, recentemente criticou a atuação de promotores de Itapira que o processaram por atos de sua gestão como prefeito da cidade. Munhoz recriminou uma promotora de Mogi Mirim.

● ‘Interesses políticos’

TRECHO DO PROJETO

“(Redução do poder de promotores) é medida que se impõe como mecanismo de fortalecimento do princípio da igualdade entre os Poderes, além de se sobrepor sobre possíveis interesses políticos eventualmente praticados contra aquelas autoridades”

A PEC, que começou a circular pelos gabinetes do Palácio Nove de Julho, é de autoria do deputado Campos Machado, cacique do PTB, veterano articulador da Casa e já condecorado com o Colar do Mérito do Ministério Público. É necessário um terço de assinaturas dos 94 parlamentares para o projeto avançar.

O texto inclui o parágrafo 3.º ao artigo 94 da Carta estadual e confere ao procurador-geral competência privativa para executar investigações (função prevista nos incisos II e III do artigo 129) quando a “autoridade reclamada” for o governador do Estado, o vice-governador, secretário de Estado, deputado estadual, membro do Poder Judiciário, membro do Ministério Público, conselheiro do Tribunal de Contas e até prefeitos.

A justificativa para a emenda que esvazia a atuação dos promotores é que o chefe deles, “autoridade maior do Ministério Público do Estado, por sua representatividade, garantias e prerrogativas conferidas pela Constituição, é a autoridade mais adequada para empreender as ações necessárias para a garantia e manutenção da probidade e legalidade administrativa”.

“É medida que se impõe como mecanismo de fortalecimento do princípio da igualdade entre os Poderes, além de se sobrepor sobre possíveis interesses políticos locais e pessoais eventualmente contra aquelas autoridades”, diz o texto da PEC.

Inconstitucional. O chefe do Ministério Público, a quem a maioria da Assembleia quer entregar poder quase pleno, é nomeado pelo governador. Mas apenas os deputados podem destituir o procurador-geral, por deliberação da maioria absoluta de seus membros.

A exclusividade do procurador-geral nas investigações sobre corrupção e fraudes já é prevista no artigo 116 da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual, de 1993. Na época, a oposição na instituição ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal que, em caráter liminar, derrubou a concentração de forças do chefe do MP paulista.

“O Legislativo está muito enfraquecido, temos que pôr fim a abusos”, declarou Campos Machado. “Eu asseguro que não se trata de uma represália, tenho muito orgulho de ser promotor honorário. O problema é que um promotor de Estrela do Norte, por exemplo, acha de propor ação civil pública contra um deputado ou um secretário. Tem política em todo lugar. Há promotores prefeitos e promotores deputados. Quer queira, quer não queira, há política e muitos promotores novos sedentos de publicidade.”

CONTINUA

07 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Para o petebista, a alteração “evita contendas políticas tão comuns no interior que fazem as paixões políticas falarem mais alto”. Segundo ele, “o procurador-geral, pela sua experiência e imparcialidade, tem condições de verificar caso a caso com mais parcimônia.”

“Temos notícia de que os promotores, no início e no fim do ano, recebem salários para comprar livros. Vamos cobrar informações sobre a verba-livro deles.”

07 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça abre ação contra 'igreja' que girou R\$ 400 milhões

A Justiça Federal em São Paulo abriu ação penal contra três empresários acusados de integrar organização especializada em crimes contra o sistema financeiro nacional, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, evasão de divisas e falsidade ideológica. O grupo criou uma igreja fantasma – com registro no papel, mas sem templo nem fiéis – por meio da qual movimentou R\$ 400 milhões, segundo a Operação Lava Rápido, deflagrada pela Polícia Federal em 2012.

A decisão, do juiz Márcio Ferro Catapani, da 2.^a Vara Criminal Federal, acolhe denúncia da Procuradoria da República, apresentada em dezembro. A acusação, subscrita pela procuradora Karen Kahn, revela que Antônio Honorato Bérghamo, Wagner Renato de Oliveira e Antônio Carlos Balbi constituíram diversas empresas de fachada e atuavam em duas frentes, uma para remessa ilegal de divisas para o exterior “com a finalidade de ocultação e dissimulação de recursos de terceiros”, outra para emissão de notas fiscais frias para “fornecer suporte a empresa que sonegavam tributos”.

A PF apurou que 687 pessoas, sem nenhuma renda declarada, receberam recursos da “igreja”, que funcionou entre 2005 e 2009. No local indicado como endereço da igreja funcionava uma academia de ginástica.

A denúncia aponta que companhias supostamente manipuladas por Bérghamo “tinham por escopo dissimular e ocultar recursos advindos de pagamentos de outras empresas que se benefi-

ciavam do esquema de subtração de processos fiscais da Receita Estadual”.

O juiz avalia que “a denúncia é lastreada por forte acervo probatório”, produzido por meio de interceptações telefônicas, quebra de sigilo e busca e apreensão. “Descobriu-se que Wagner e Bérghamo controlam centenas de empresas, em sua maioria de fachada, constituídas em nome de laranjas”, assinala.

Catapani entende que uma das condutas dos empresários caracteriza estelionato porque, segundo a denúncia, emitiam notas fiscais forjadas com a intenção de criar créditos fictícios de ICMS e IPI. “Tais créditos eram negociados com empresas para promover custos inexistentes que refletiam em seus lucros, causando uma redução fictícia nos seus rendimentos e, conseqüentemente, diminuía a arrecadação de tributos.”

A pedido da PF o juiz decretou o sequestro de cinco veículos que teriam sido obtidos por meio de recursos de crimes e em nome de terceiros, indicando lavagem de dinheiro. Sobre outros crimes ainda não apurados, o juiz decidiu que a competência é da Justiça Estadual.

Os empresários não foram localizados.

07 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

STF estende benefício do aviso prévio proporcional

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu ontem que também têm direito ao aviso prévio proporcional de até 90 dias os empregados demitidos antes da lei de 2011 que regulamentou o benefício. No entanto, para garantir esse direito, as ações devem ter dado entrada até dois anos após o desligamento.

A decisão de ontem acaba com uma dúvida existente desde junho de 2011, quando a Corte julgou ações que questionavam a demora do Legislativo em regulamentar o benefício estabelecido pela Constituição de 1988. Na ocasião, os ministros reconheceram a omissão do Congresso, mas não fixaram os parâmetros para definir até quantos dias de aviso prévio os trabalhadores poderiam ter direito.

Meses depois, em outubro de 2011, foi aprovada a lei que estabelece o aviso prévio de até 90 dias. Como a lei não tinha efeito retroativo, quem acionou o STF por demissões ocorridas antes da norma ainda não tinha recebido o aviso prévio proporcional, apesar de terem provocado a discussão que pressionou o Legislativo a aprovar a lei.

“Essas pessoas que entraram com o mandado (de injunção) e deflagraram o processo estavam no limbo. Então eu trouxe para decidir”, disse o relator, ministro Gilmar Mendes.

JUSTIÇA

Hopi Hari terá de pagar indenização a servidor

O parque de diversões Hopi Hari, em Vinhedo, terá que pagar uma indenização de R\$ 500 mil por submeter trabalhadores à revista íntima e à revista de armários, bolsas e outros pertences. O Tribunal Regional do Trabalho, em Campinas, manteve condenação contra o parque. O caso aconteceu em 2010, após um trabalhador do Hopi Hari alegar violações trabalhistas, entre elas a revista íntima que o teria deixado nu.

TUTTY

● **Probo Jr.**
“QUEM HERDA
NÃO ROUBA!”
Renan Filho,
acusado de
financiar causas
privadas com
dinheiro
público.



07 FEV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Paranaense assume como ministro do STJ

¶ Kukina diz que em sua opinião palavra final sobre cassação de parlamentares é do Congresso



O governador Beto Richa esteve presente na posse de Kukina

Em meio às discussões sobre a cassação de mandato de parlamentares condenados na Ação Penal 470, o processo do mensalão, o novo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Sérgio Kukina, acredita que a palavra final deveria ser do Congresso Nacional.

“[O legislador] não inseriu na Constituição regras desnecessárias e quando diz que é preciso que haja convalidação e chancela do Congresso, é preciso que se observe a Constituição”, disse Kukina. Ele falou com jornalistas em entrevista coletiva nesta tarde, momentos antes de assumir o posto no STJ.

Segundo o ministro, não cabe ao Judiciário pensar que o Congresso não cumpriria uma decisão que lhe garantisse mais autonomia, e sim ao cidadão fiscalizar o desdobramento do caso. “Cabe a nós julgarmos o nosso legislador. Nós do povo compreendemos que a melhor posição era do Judiciário”, disse, lembrando que qualquer frustração deve ser repercutida nas urnas.

Henrique Alves volta atrás e diz que cumpre decisão do STF

Afirmção é feita após visita do presidente da Câmara a Barbosa

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), baixou o tom do discurso e disse ontem (6) que não existe possibilidade da Casa "confrontar o mérito" da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que determinou a perda do mandato dos quatro deputados condenados no julgamento do mensalão. Após encontro com o presidente do tribunal, Joaquim Barbosa, Henrique Alves disse que a Câmara vai "finalizar o processo", com um "pro-



Folhapress

Henrique Alves durante visita a Joaquim Barbosa, em Brasília

cesso rápido", cumprindo formalidades previstas no Regimento da Câmara, como saber se o direito de defesa foi cumprido. "Não há hipótese de não cumprir a decisão do Supremo", disse o peemedebista. "Nós só vamos fazer aquilo que o nosso regimento determina que façamos: finalizar o processo. Coisas de formalidade legal e ponto. Não há nenhuma possibilidade de confrontarmos com o mérito, questionar a decisão do Supremo", completou.

Indicação à vaga no Supremo deve sair em março

Agência Brasil



Ministro José Eduardo Cardozo: "São eles que me procuram"

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou ontem (6) que a presidenta Dilma Rousseff deverá indicar o nome do novo ministro do Supremo Tribunal Federal em março. "Está com ela", disse o ministro, acrescentando que não sugeriu ou enviou para a presidenta lista com nomes de candidatos. Cardozo participou da solenidade de posse do novo ministro

do Superior Tribunal de Justiça, Sérgio Kukina. Na última quinta (31) e sexta-feira (1), Cardozo recebeu dois candidatos em seu gabinete, os advogados tributaristas Heleno Torres e Humberto Ávila. O ministro já se reuniu com outro forte candidato: o ministro do STJ Benedito Gonçalves. "Não estou chamando ninguém para conversar. São eles que me procuram", disse.

07 FEV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

TSE confirma Beti Pavin como prefeita de Colombo

Os deputados estaduais do PMDB devem e reunir hoje para levar uma proposta de consenso ao governador Beto Richa. O objetivo é uma aliança entre os dois grupos, formalizada pelo ingresso de peemedebistas na equipe de governo. Na primeira

reforma, anunciada há duas semanas, o PMDB acabou ficando de fora porque os deputados não se entenderam a respeito de nomes e cargos.

De acordo com o líder do partido na Assembleia, Caíto Quintana, até agora os deputados vinham ne-

gociando individualmente com o governador, o que inviabilizava o acordo. O debate interno deve solucionar a questão. A ideia é que o PMDB obtenha a presidência da Sanepar e mais uma secretaria, que pode ser o Meio Ambiente ou Planejamento.

07 FEV 2013
JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça mantém multa de R\$ 500 mil contra Hopi Hari por revista íntima

O parque de diversões Hopi Hari, em Vinhedo, interior de São Paulo, terá que pagar uma indenização de R\$ 500 mil por submeter trabalhadores à revista íntima e à revista de armários, bolsas e outros pertences. O Tribunal Regional do Trabalho, em Campinas, manteve condenação contra o parque em uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho. O caso aconteceu em 2010, após um trabalhador do Hopi Hari entrar na Justiça contra o parque alegando violações trabalhistas, entre elas a prática de revista íntima que o teria levado a ficar quase nu. O trabalhador foi preso acusado de furto de caixa. Ele estava com R\$ 14,00, em dinheiro, dentro do parque, segundo o Ministério Público. Sem dinheiro para a fiança, ele ficou preso por quatro dias.

07 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Carli Filho

Discussão pelo Facebook, ontem, levantou a possibilidade de o ex-deputado Fernando Ribas Carli Filho estar usando influências em Brasília, para suspender o seu júri popular, marcado para 26 de março. Para conseguir o adiamento do julgamento, a defesa do ex-deputado entrou com recurso junto ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ). O ex-deputado também teria contratado o escritório de um ministro aposentado do STJ.

Quem colocou a suspeita sob discussão no Facebook foi o advogado Elias Mattar Assad, que defende a famílias das vítimas do acidente causado pelo ex-deputado, os jovens Gilmar, Rafael Souza, Yared e Carlos Murilo de Souza.

07 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

TSE garante mandato de Beti Pavin

Decisão monocrática do ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Marco Aurélio Mello concede a Beti Pavin (PSDB) o direito de assumir a prefeitura de Colombo. A assessoria de imprensa da administração municipal informou que o despacho deve ser publicado hoje no Diário da Justiça Eletrônico do TSE. Mas ainda cabe recurso.



Beti: ficha suja.

No dia 7 de outubro, a tucana venceu a disputa com 50,2 % dos votos válidos, mas não pode assumir a prefeitura porque foi barrada pela

Lei da Ficha Limpa. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR) indeferiu o registro de Beti nas eleições porque a então candidata teve suas contas rejeitadas por irregularidades quando administrou a cidade em 2001.

Enrolado

O município estava sob o comando do prefeito interino, o vereador José Renato Strapasson (PTB), o "Pelé", que também está "enrolado". No início da semana, o Ministério Público Federal pediu a cassação do diploma de "Pelé".

tribuninhas

Negado

A 12.ª Vara Cível de Curitiba julgou improcedente o pedido da Associação Brasileira de Bares e Casa Noturnas (Abrabar), que alegou a inconsistência das cobranças do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). Em junho, a Abrabar havia conseguido, através de liminar, a suspensão temporária do pagamento da retribuição autoral ao Ecad.

Poluição

Ação civil pública ajuizada pela Promotoria de Justiça de São Mateus do Sul pede a interdição da Usina do Xisto, unidade da Petrobras em São Mateus do Sul, devido à poluição no município. A investigação foi iniciada em 2000, para averiguar as condições ambientais da unidade de extração de xisto, a partir de reclamações de moradores relativas à qualidade do ar.

07 FEV 2013

METRO

MP pede interdição de usina de xisto da Petrobras

Investigação. Ministério Público do Paraná alega que a usina em São Mateus do Sul causa danos ambientais e à saúde da população

O MP-PR (Ministério Público do Paraná) ajuizou uma ação civil pública contra a Petrobras em virtude dos danos causados pela usina de xisto localizada em São Mateus do Sul, no Sudeste do Estado. O órgão pede a interdição do local.

Um estudo feito pela USP (Universidade de São Paulo) mostrou que a emissão de poluentes atmosféricos e as concentrações de mercúrio da usina estão acima do permitido por lei, o que, segundo a promotora, compromete a saúde dos moradores, além de provocar danos ao meio ambiente.

“Há um bom tempo a Petrobras vem causando poluição em São Mateus do Sul que altera a qualidade de ar na cidade e ocasiona problemas respiratórios para a

“Na cidade de São Mateus do Sul sempre tem um cheiro forte por causa da usina.”

FERNANDA SILVÉRIO, PROMOTORA

população”, argumenta a a promotora de Justiça Fernanda Basso Silvério.

As investigações começaram em 2000, depois de reclamações dos próprios moradores. A partir daí, foram verificadas as condições ambientais da unidade de extração de xisto.

Indenização

O Ministério Público pede o pagamento de indenização pelos danos ambientais e pelos danos morais coletivos, além do ressarcimento

à Prefeitura de São Mateus do Sul pelos gastos relativos aos problemas de saúde dos moradores com a poluição. Os valores ainda não foram definidos.

“A Petrobras precisa apresentar em 30 dias um plano de readequação da usina e tem seis meses para se readequar às mudanças determinadas sob pena de ser fechada”, explica a promotora.

Petrobras

Procurada pelo **Metro**, a Petrobras informou, por meio da assessoria de imprensa, que até o final da tarde de ontem não havia sido notificada na ação civil pública.

07 FEV 2013

METRO

Colombo. Beti Pavin ganha em decisão do TSE

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) publicou ontem a decisão do ministro Marco Aurélio Mello, que liberou a ex-deputada estadual Beti Pavin (PSDB) para assumir a prefeitura de Colombo, na região metropolitana de Curitiba.

Pavin venceu as eleições, com 50,2% dos votos, mas não pode assumir o cargo, já que uma decisão anterior havia indeferido a sua candidatura. O problema era de contas rejeitadas de quando ela foi prefeita.

Por ter sido monocrática, existe um prazo de três para que ocorram recursos da decisão de Marco Aurélio. Caso isso aconteça, o plenário do tribunal vai decidir a situação.

07 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

COLOMBO

TSE confirma eleição de Beti Pavin

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publicou ontem decisão do ministro Marco Aurélio de Mello de dezembro do ano passado que suspende decisão anterior que havia indeferido o registro da candidatura de Beti Pavin (PSDB) à prefeitura de Colombo, município da região Metropolitana de Curitiba. Eleita com mais de 50% dos votos, Pavin teve a candidatura vetada por conta da rejeição de suas contas quando foi prefeita pela primeira vez, pelo Tribunal de Contas do Estado, e foi enquadrada na chamada "Lei da Ficha Limpa". Entre os motivos que causaram a impugnação estão prejuízo à gestão municipal, rejeição de contas públicas, danos ao patrimônio público e gastos ilícitos de recursos públicos.

Desde então, a prefeitura de Colombo vem sendo tocada há 35 dias pelo presidente da Câmara Municipal, vereador José Renato "Pelé" Strapasson (PTB), que também enfrenta questionamento na Justiça Eleitoral. A assessoria de imprensa da prefeitura, que tem o oitavo maior colégio eleitoral do Paraná, confirmou que Beti tomara posse ontem. Contudo, a questão pode ir ao plenário do TSE e lá pode cair.

A decisão de inelegibilidade de Pavin foi tomada ainda antes das eleições de 2012, mas como ela não indicou outro nome para encabeçar a chapa, os votos concedidos a ela foram considerados nulos. Como ela obteve mais de 50% do total de votos registrados, a posse do segundo colocado, Zé Vicente (PSC), foi inviabilizada. Caso o Pleno do TSE reverta a decisão do ministro Mello pelo deferimento da candidatura dela, uma nova eleição deve ser convocada no município.

Para Pavin voltar a comandar a cidade, é preciso que o TSE envie cópia da decisão ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). O TRE deve ainda notificar o município de Colombo para que a troca seja efetivada.

07 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

MENSALÃO

Alves agora diz que seguirá decisão do STF

O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), afirmou ontem, que a possibilidade de a Casa não cumprir uma determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) é “zero”. Ele respondia a jornalistas a uma pergunta sobre as chances de a Câmara não acatar a determinação da Corte sobre a perda de mandato dos deputados condenados no julgamento do mensalão.

“Não há a menor possibilidade, o risco mínimo de confronto entre o Legislativo e o Judiciário é zero. Zero. Quem pensar diferente, é a frase popular: tiré o cavalinho da chuva”, disse ele, após se reunir com o presidente do STF, Joaquim Barbosa.

Na segunda-feira, ao tomar posse, Henrique Alves deu declarações que foram interpretadas como uma afronta à decisão do STF. “Os outros Poderes, com todo o respeito... mas o Poder que representa o povo brasileiro, na sua mais sincera legitimidade, queiram ou não queiram, é esta Casa aqui, é o Legislativo, é Parlamento brasileiro”, disse ele há dois dias. Ontem, Alves destacou “o respeito” entre os dois Poderes.

STJ

06/ FEV/ 2013

Para Kukina, processo judicial não deve demorar mais que dois anos

Um processo no Brasil deveria durar, em média, até dois anos. Esse é o prazo que Sérgio Kukina, novo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), entende como razoável duração do processo, prevista no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal (CF).

“Não podemos ser lenientes com o modelo que hoje está instalado”, reconheceu. “A demora na entrega da prestação jurisdicional é um mal que habita a maioria dos processos, lamentavelmente”, completou.

Kukina tomou posse como ministro do STJ na tarde desta quarta-feira (6). Paranaense, o ministro chega à Corte Superior em vaga destinada a membro do Ministério Público, aberta com a aposentadoria do ministro Hamilton Carvalhido.

Ao dar posse ao novo colega, o presidente da Corte, ministro Felix Fischer, destacou o currículo do ex-membro do MP do Paraná. “Não posso deixar de celebrar a chegada do ministro Sérgio Luiz Kukina ao Tribunal, desejando-lhe pleno êxito na tarefa de distribuir justiça”, felicitou Fischer.

Combate à morosidade

O novo ministro assume no STJ com um estoque de aproximadamente 11 mil processos no gabinete. “O número não chega a assustar porque todos que chegam a esta casa sabem de antemão que receberão um acervo relativamente grande”, disse. Para dar conta de tanto trabalho, sua estratégia será, primeiramente, fazer uma triagem rigorosa dos casos mais urgentes para depois adotar uma rotina que melhore o fluxo de processos dentro do gabinete.

Para vencer a morosidade, Kukina apoia a criação de filtros para o STJ, como a demonstração da relevância da questão federal para admissão de recursos especiais. A proposta tramita no Congresso Nacional. “Acho que efetivamente a destinação constitucional do STJ, que é dar a última palavra no tocante à correta interpretação da lei federal, essa missão fica, de certo modo, prejudicada pelo número excessivo de recursos que chegam à corte”, entende.

CONTINUA

Ele reconhece que, para cada parte envolvida num processo, a sua causa é a mais importante. “Mas para os fins constitucionais a que se destina o STJ é importante, de algum modo, selecionar as questões que efetivamente possam impactar de modo mais agudo o interesse dos jurisdicionados em nível nacional”, explicou. Além disso, ele destacou que a medida fortalece o papel dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais.

Recursos excessivos

Outra medida que será crucial para a celeridade da Justiça é a reforma do Código de Processo Civil (CPC), segundo Kukina. Ele destacou que o Brasil é o país “campeoníssimo” em número de espécies recursais, permitindo que em uma única causa haja mais de 20 recursos interpostos. Isso, obviamente, resulta no retardamento da decisão final. “Isso não é uma crítica aos advogados, porque o bom advogado nada mais faz do que utilizar as possibilidades legais que o CPC lhe dá”, ressaltou.

Segundo Kukina, o grande desafio do projeto do novo CPC, em discussão no Legislativo, é encontrar uma solução que não prive a parte da chance de revisão da decisão que lhe tenha sido desfavorável, mas que ao mesmo tempo não permita a possibilidade de que essa discussão se eternize.

Vitórias da União

Kukina vai integrar a Primeira Turma e a Primeira Seção, especializadas no julgamento de matérias de direito público. Questionado em entrevista coletiva sobre o grande número de vitórias que a União tem obtido nesses colegiados, o ministro creditou esses resultados à melhoria de desempenho da advocacia pública.

“Temos a perfeita percepção de que os concursos públicos para ingresso nesse quadro são de alto nível, o que faz com que, conseqüentemente, os aprovados melhorem os trabalhos, o que reflete na prestação jurisdicional, com o julgamento favorável de seus recursos”, afirmou.

Mensalão no STF

O foro privilegiado também foi tema da entrevista. Kukina disse que não é contra, mas considera a prerrogativa “uma faca de dois gumes”, afirmando que às vezes o beneficiário nem sabe disso. “Quando você tem o direito, em tese, de ser processado já numa instância superior, isso significa que automaticamente você já perdeu um grau de recurso”, explicou.

Também perguntado sobre o julgamento da Apn 470 no Supremo Tribunal Federal (STF), caso que ficou conhecido como “mensalão”, Sérgio Kukina afirmou que, de acordo com sua interpretação da Constituição, a perda de mandato de parlamentares condenados não pode ser automática.

O ministro ressaltou que essa é sua conclusão pessoal, após analisar o artigo 55 da CF. “Acho que o constituinte não inseriu na Constituição regras desnecessárias. E quando ele diz que é preciso que haja a convalidação, a

CONTINUAÇÃO

STJ

06 FEV 2013

chancela do Congresso para as hipóteses de perda (do mandato), é preciso que se observe a Constituição”, ponderou.

Ele disse preferir uma leitura mais calcada no aspecto democrático. Para Kukina, a democracia reclama a coexistência das três forças de poder, com o Judiciário atuando e dando suas posições. Contudo, dentro do “sistema de freios e contrapesos” que orienta o modelo brasileiro, ele vê “nada muito agressivo em possibilitar que o poder diretamente atingido pela decisão também se pronuncie”.

Sobre a ideia de que o Legislativo estaria desrespeitando a decisão do STF, Kukina entende que cabe ao povo julgar o legislador, afirmando, nas urnas, se concorda com a posição do parlamento ou do Judiciário. “Já está muito na hora de o povo brasileiro começar a ser mais participativo e dar as suas respostas”, afirmou.

Justiça Federal supera 1,5 milhão de processos eletrônicos na 4ª Região

A Justiça Federal da 4ª Região ultrapassou a marca de 1,5 milhão processos eletrônicos na última segunda-feira (4/2). O controle do número de ações está disponibilizado no portal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

Um contador atualiza on-line o número de processos que chegam à Justiça Federal nos três estados do Sul do país. Os mais de um milhão e meio de ações eletrônicas são processos distribuídos na Justiça Federal desde outubro de 2009 em todas as seções e subseções judiciárias do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná (PR) no TRF-4 e nos Juizados Especiais Federais (JEFs), Juizados Especiais Avançados (Jefas) e Unidades de Atendimento Avançadas (UAAs).

O contador registra os processos distribuídos no processo eletrônico pelo sistema e-Proc v2, implantado na Justiça Federal em 2009 e considerado mais o completo e moderno, já que atende todos os graus e competências de jurisdição da 4ª Região. O sistema anterior (e-Proc v1) recebia somente as ações dos Juizados Especiais Federais. Desde a implantação do processo eletrônico em 2003, somando os sistemas v1 e v2, a Justiça Federal da 4ª Região possui mais de 3 milhões de ações eletrônicas.

Programa - O TRF4 foi pioneiro no país na implantação do sistema processual eletrônico. O e-Proc funciona há dez anos, desde 2003. O programa utiliza apenas software livre. Foi desenvolvido por servidores de Tecnologia da Informação do TRF-4 e da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná com baixo custo para a administração pública. Também participaram órgãos como Caixa Econômica Federal, Advocacia Geral da União (AGU), Fazenda Nacional, Ministério Público Federal (MPF) e OAB, entre outros. O sistema permite a integração das instituições com os tribunais superiores.